

Gaza, além do desenvolvimento, do descarte e da destruição

Link:

https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-245-gaza-beyond-de-development?utm_source=profile&utm_medium=reader2

Em preparação para uma operação de retaliação em massa contra o Hamas, Israel instruiu a população do norte de Gaza a evacuar. De fato, a IDF avisou 1 milhão de pessoas sobre a destruição iminente. Sabemos por que a IDF emitiu essa ordem. Ela quer minimizar o número de vítimas civis. Mas, além da questão prática e humanitária de para onde uma massa tão grande de pessoas deve ir e como elas devem se sustentar, precisamos enfrentar a questão: Que tipo de lugar é Gaza para que possa estar sujeita a tais instruções? Como um território que abriga mais de 2 milhões de pessoas pode ser descartado dessa forma? Por que não há interesses poderosos que reajam contra a lógica impiedosa de uma campanha militar que simplesmente designa uma cidade para ser destruída? Como Gaza e seu povo se tornaram tão isolados, tão absolutamente objetificados?

**

Gaza nem sempre foi assim. Com uma localização privilegiada no Mediterrâneo Oriental, Gaza tem sido um local de assentamento humano há mais de 5.000 anos. Um ponto de parada natural para viajantes e comerciantes que iam e voltavam entre a África e a Ásia, ela aparece com destaque no Antigo Testamento. Gaza era membro da confederação filisteia de cinco cidades ao longo da planície costeira. Gaza foi visitada pelo rei Davi e por Alexandre, o Grande. Tendo caído sob o domínio otomano em 1516, Gaza foi um importante campo de batalha na luta pelo controle da Palestina na Primeira Guerra Mundial. Somente depois de três grandes confrontos, os britânicos finalmente conseguiram capturá-la em 1917.

Durante o Mandato, durante os tumultos de 1929, as pequenas comunidades judaicas, embora estabelecidas há muito tempo, foram evacuadas para Tel-Aviv por medo de massacre. Em 1948, quando os britânicos se retiraram, os militares egípcios ocuparam a faixa costeira ao redor de Gaza. Na época, a população consistia em cerca de 80.000 palestinos em quatro pequenas cidades: Gaza, DeirAl-Balah, Khan Younis e Rafah. Em

questão de semanas, essa pequena faixa de terra se tornou um local de refúgio para mais de 150.000 refugiados que fugiam de vilarejos e cidades do sul da Palestina para enfrentar a limpeza étnica do Haganah. O efeito foi triplicar a população e criar a Gaza que conhecemos hoje, um refúgio superlotado para refugiados.

Depois de 1948, a ONU criou a agência UNRWA para apoiar os refugiados palestinos na Jordânia, no Líbano, na Síria e na Cisjordânia, bem como em Gaza. Nas duas décadas seguintes, sob o domínio egípcio, a população de Gaza tinha acesso ao Egito para trabalhar e estudar.

Depois veio a guerra de 1967 e a vasta expansão do controle israelense no Sinai e na Cisjordânia. O primeiro censo israelense em Gaza, em 1967, contabilizou uma população de 394.000 habitantes, dos quais pelo menos 60% eram refugiados. Para governar o território à distância, os israelenses adotaram a política de Moshe Dayan de "pontes abertas". Os militares minimizaram sua presença e Gaza e a Cisjordânia foram integradas o máximo possível à economia israelense. Em 1981, uma fronteira formal e postos de controle foram estabelecidos pela primeira vez entre Gaza e o Egito, passando pela cidade fronteiriça de Rafah. Enquanto isso, atraídos por salários muito mais altos, na década de 1980, aproximadamente 45% da força de trabalho de Gaza estava empregada em Israel.

O resultado, dado o relativo dinamismo da economia israelense, foi um crescimento considerável da renda em Gaza. Mas foi também nesse período que Sara Roy cunhou a expressão "desdesenvolvimento". Embora os níveis de renda em Gaza estivessem aumentando, como Roy apontou em 1987, o país não estava se desenvolvendo. Na verdade, ela estava sendo sistematicamente desdesenvolvida. Os trabalhadores palestinos foram sugados para o trabalho de baixa remuneração em Israel, minando o próprio setor empresarial da Palestina e a posição dos interesses burgueses e dos proprietários de terras da Palestina. Entre 1970 e 1985, mesmo com o aumento do PIB da Cisjordânia e de Gaza, o total de empregos na economia palestina estagnou. O resultado do aumento da renda real e da estagnação da produção nos territórios palestinos foi um déficit comercial enorme com Israel.

Essa troca altamente desigual foi repleta de frustrações e ressentimentos. Enquanto o mercado de trabalho para os israelenses era rigidamente regulamentado, com fortes

direitos para os trabalhadores impostos por poderosos sindicatos, a mão de obra palestina funcionava como um exército de reserva flexível e sem direitos, que podia ser contratado e demitido à vontade. As condições de discriminação e baixa remuneração foram agravadas pela crise econômica de Israel no início da década de 1980, cujas consequências recaíram mais fortemente sobre a classe baixa palestina. Em 1987, esses ressentimentos explodiram na primeira Intifada.

Em dezembro de 1987, um veículo que transportava trabalhadores palestinos no campo de refugiados de Jabalya, em Gaza, foi atingido por um caminhão israelense, matando quatro pessoas. Dos protestos que se seguiram e dos confrontos com os militares israelenses, surgiu uma nova onda de militância que mudaria irrevogavelmente as relações entre palestinos e israelenses. Enquanto os trabalhadores palestinos boicotavam Israel em uma forma de greve nacionalista, Israel, na década de 1990, expandiu sistematicamente o recrutamento de trabalhadores estrangeiros de fora da região. Escritórios de trabalho na Romênia, Tailândia e Filipinas aumentaram a força de trabalho estrangeira não palestina de 20.000 em 1993 para 100.000 em 1996. Gaza tornou-se dispensável.

Enquanto isso, nos territórios palestinos, surgiram novas forças de oposição. Nos primeiros dias de 1987, ativistas locais de Gaza associados à Irmandade Muçulmana do Egito formaram um novo movimento que, no início de 1988, receberia o nome de Hamas. Enquanto a OLP, que durante décadas lutou e negociou em nome da Palestina e, no final da década de 1980, buscava a paz, o Hamas se dedicou novamente à causa da destruição de Israel e à criação de um Estado islâmico.

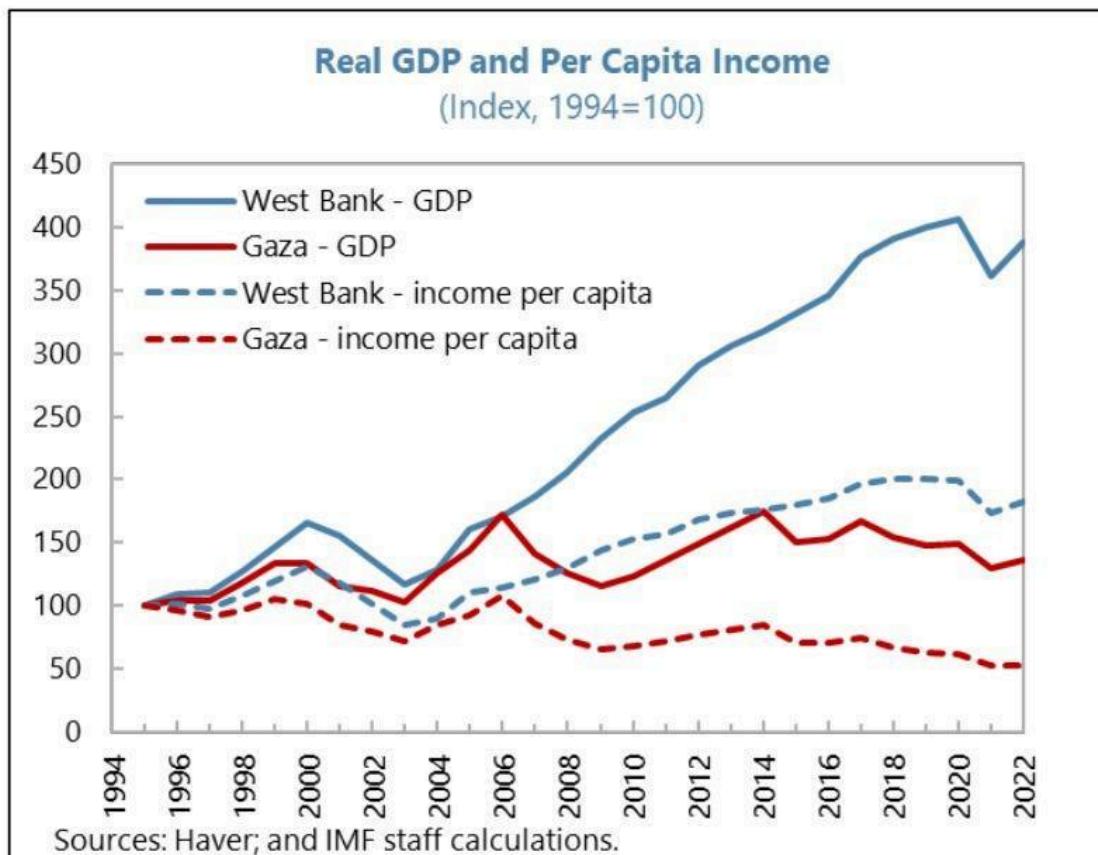
Enquanto a OLP negociava os acordos de Oslo, os militantes intensificaram sua campanha de bombardeios e ataques com o objetivo de inviabilizar a paz. Israel respondeu colocando Gaza sob um controle cada vez mais rígido. O resultado foi uma série perversa de contrastes. Em 1994, sob o signo da visão de Shimon Peres de um "Novo Oriente Médio", os israelenses e os palestinos negociaram os acordos econômicos de Paris, prometendo integração e convergência. No entanto, ao mesmo tempo, em resposta a ataques de militantes, as medidas de segurança israelenses estavam fechando repetidamente Gaza para o mundo exterior. Em 1994, quando os acordos foram concluídos, Israel iniciou a construção da primeira cerca perimetral de arame ao redor de Gaza.

A explosão da segunda intifada em 2000, com ataques suicidas e tiroteios, e a enorme retaliação israelense intensificaram o bloqueio a Gaza. Um muro alto passou a cercar todo o território. O Aeroporto Internacional de Gaza, que deveria oferecer à Palestina acesso a um mundo mais amplo, não controlado por Israel ou pelo Egito, foi inaugurado em 1998. Poucos meses após o 11 de setembro de 2001, Israel destruiu sua antena de radar e bombardeou sua pista de pouso. O setor pesqueiro de Gaza, que era a base de sua economia, foi cercado pela marinha israelense para evitar o contrabando de armas.

E, no entanto, o isolamento total de Gaza ainda estava por vir.

Em 2005, o governo israelense de Ariel Sharon retirou-se à força de Gaza, demolindo os assentamentos que os militantes judeus haviam estabelecido no território. Então, em 2006, o Hamas obteve uma vitória eleitoral surpreendente em Gaza e, após uma guerra civil brutal, em 2007 expulsou o Fatah do território. A resposta de Israel foi declarar Gaza como "território hostil" e colocá-la totalmente sob cerco, uma situação que continua até os dias atuais. Nos primeiros três anos do cerco, um total de 259 caminhões comerciais foi autorizado a deixar Gaza, paralisando efetivamente seus setores de exportação.

A consequência não é apenas isolar fisicamente Gaza, mas também produzir um desenvolvimento econômico radicalmente divergente entre Gaza e a Cisjordânia.



Fonte: [FMI](#)

Enquanto a Cisjordânia continuou com seu padrão de crescimento econômico dependente (desenvolvimento nos termos de Roy), a economia de Gaza praticamente não cresceu desde a década de 1990 e não cresceu desde que o Hamas assumiu o poder em 2006. Levando em conta o crescimento populacional, isso significa que o PIB per capita de Gaza é hoje a metade do que era em meados da década de 1990 e um terço do nível alcançado pela Cisjordânia. As taxas de pobreza em Gaza são de mais de 50%, comparadas a 14% na Cisjordânia. Antes do atual conflito, o desemprego oscilava entre 40 e 50%.

**



Pessoas engenhosas confinadas em circunstâncias tão desesperadoras recorrem a improvisações extraordinárias. Em Gaza, a fase mais notável da luta pela sobrevivência e prosperidade veio com a era da "economia do túnel".

Hoje em dia, ouvimos falar de túneis principalmente em um contexto militar ou como locais para manter reféns. O sistema de túneis de Gaza começou, antes de tudo, como um meio de sobrevivência econômica para obter acesso ao Egito.

Vale a pena citar o relato de Nicolas Pelham sobre o surgimento da economia de túneis em detalhes, segundo a sua reportagem no *Journal of Palestine Studies* em 2012:

A tomada militar da Faixa pelo Hamas no verão de 2007 marcou um ponto de virada para o comércio de túneis. O cerco, já em vigor, foi reforçado. O Egito fechou o terminal de Rafah. Israel designou Gaza como "uma entidade hostil" e, após uma salva de disparos de foguetes em suas áreas de fronteira em novembro de 2007, cortou o fornecimento de alimentos pela metade e interrompeu as importações de combustível. Em janeiro de 2008, Israel anunciou um bloqueio total de combustível depois que foguetes foram disparados contra Sderot, proibindo todas as categorias de suprimentos humanitários, exceto sete. Com o esgotamento dos suprimentos de gasolina, os habitantes de Gaza abandonaram os carros na beira da estrada e compraram burros.

Sob o bloqueio israelense no mar e um cerco combinado egípcio-israelense em terra, a crise humanitária de Gaza se tornou iminente, ameaçando o governo do Hamas. A primeira tentativa

dos islamitas de romper o bloqueio teve como alvo o Egito, que era o elo mais fraco. Em janeiro de 2008, as forças do Hamas derrubaram um segmento do muro na passagem de Rafah para permitir que centenas de milhares de palestinos entrassem no Sinai. Embora a demanda de consumo há muito reprimida tenha sido liberada, a medida proporcionou apenas um alívio de curto prazo. Em onze dias, as forças egípcias conseguiram retirar os palestinos. Em seguida, o Egito reforçou o contingente do exército que guardava os portões trancados e construiu um muro de fronteira fortificado. À medida que o cerco se intensificava, o emprego na indústria manufatureira de Gaza despencou de 35.000 para 860 em meados de 2008, e o produto interno bruto (PIB) de Gaza caiu um terço em termos reais em relação aos níveis de 2005 (em comparação com um aumento de 42% na Cisjordânia no mesmo período). Com o acesso acima do solo impedido, o movimento islâmico supervisionou um programa de escavação subterrânea em escala industrial. Com cada túnel custando de US\$ 80.000 a US\$ 200.000 para ser construído, mesquitas e redes de caridade lançaram esquemas que ofereciam taxas de retorno irrealisticamente altas, promovendo um esquema de pirâmide que acabou em desastre. Os pregadores exaltavam os empreendimentos comerciais de túneis como atividade de "resistência" e saudavam os trabalhadores mortos no trabalho como "mártires". As Forças de Segurança Nacional (NSF), uma força da AP reconstituída pelo Hamas principalmente com o pessoal das Brigadas 'Izz al-Din al-Qassam (IQB), mas que também incluía várias centenas de desertores da AP (Fatah), protegiam a fronteira, ocasionalmente trocando tiros com o exército egípcio, enquanto o governo do Hamas supervisionava a atividade de construção. Simultaneamente, o município de Rafah, administrado pelo Hamas, melhorou a rede elétrica para alimentar centenas de guindastes, manteve o serviço de bombeiros de Gaza em prontidão e, em várias ocasiões, apagou incêndios em túneis usados para bombear combustível. Como Mahmud Zahar, líder do Hamas em Gaza, explicou: "Não havia eletricidade, água ou alimentos vindos de fora. É por isso que tivemos que construir os túneis". Investidores privados, incluindo membros do Hamas que levantaram capital por meio de suas redes de mesquitas, fizeram parcerias com famílias que passavam pela fronteira. Os advogados redigiram contratos para que as cooperativas construissem e operassem túneis comerciais. Os contratos detalhavam o número de parceiros (geralmente de quatro a quinze), o valor das respectivas ações e o mecanismo de distribuição dos lucros dos acionistas. Uma parceria típica abrangia uma seção transversal da sociedade de Gaza, incluindo, por exemplo, um carregador na travessia terrestre de Rafah, um oficial de segurança da antiga administração da AP, trabalhadores agrícolas, graduados universitários, funcionários de organizações não governamentais (ONGs) e escavadores. Abu Ahmad, que ganhava NIS 30-70/dia como motorista de táxi, investiu as joias de sua esposa, no valor de US\$ 20.000, para se associar a outras nove pessoas em um empreendimento de túneis. Os investidores poderiam recuperar rapidamente seu investimento. Totalmente operacional, um túnel poderia gerar o custo de sua construção em um mês. Com cada túnel administrado

conjuntamente por uma parceria em cada lado da fronteira, os proprietários gazenses e egípcios geralmente dividem os ganhos igualmente. Às vésperas da Operação Chumbo Fundido, em dezembro de 2008, o número de túneis havia aumentado para pelo menos quinhentos, em comparação com algumas dezenas de túneis, principalmente de facções, em meados de 2005; a receita do comércio de túneis aumentou de uma média de US\$ 30 milhões/ano em 2005 para US\$ 36 milhões/mês. Mitigando, até certo ponto, a forte contração da economia de Gaza resultante do boicote internacional ao Hamas.

O Hamas regulamentou o comércio de túneis com um comitê de túneis. Ele cobrava taxas, organizava a segurança e regulava os tipos de mercadorias que eram comercializadas. Como Tannira (2021) escreve na excelente coletânea *The Political Economy of Palestine*:

Sob a tutela do Hamas, pequenos empresários foram autorizados a investir capital na construção de túneis de médio porte para permitir o fluxo de mercadorias e suprimentos. Os trabalhadores dos túneis (que eram responsáveis pela escavação dos túneis) também foram incluídos na propriedade desses túneis, de modo que tinham uma cota específica de receitas geradas por túneis individuais. Ao mesmo tempo, o Hamas obtinha entre 25% e 40% das receitas dos túneis... Os comerciantes aproveitavam os preços significativamente mais baratos das mercadorias contrabandeadas do Egito... Ao mesmo tempo, as mercadorias eram vendidas nos mercados locais pelo mesmo preço das mercadorias tributadas por Israel... Assim, os novos comerciantes conseguiam obter lucros significativos... Os altos riscos e as considerações de segurança envolvidos levaram o Hamas a permitir que apenas um pequeno grupo de comerciantes aprovados pelo Hamas se envolvesse... "

Em seu auge, no início da década de 2010, o Hamas provavelmente gerava uma receita de US\$ 750 milhões por ano com o sistema de túneis. Crucialmente, o sistema de túneis possibilitou o fornecimento de materiais de construção com os quais Gaza pôde atender à sua necessidade de moradia e reconstrução após o desastroso confronto com Israel em 2008-9. Conforme relatado pela UNCTAD:

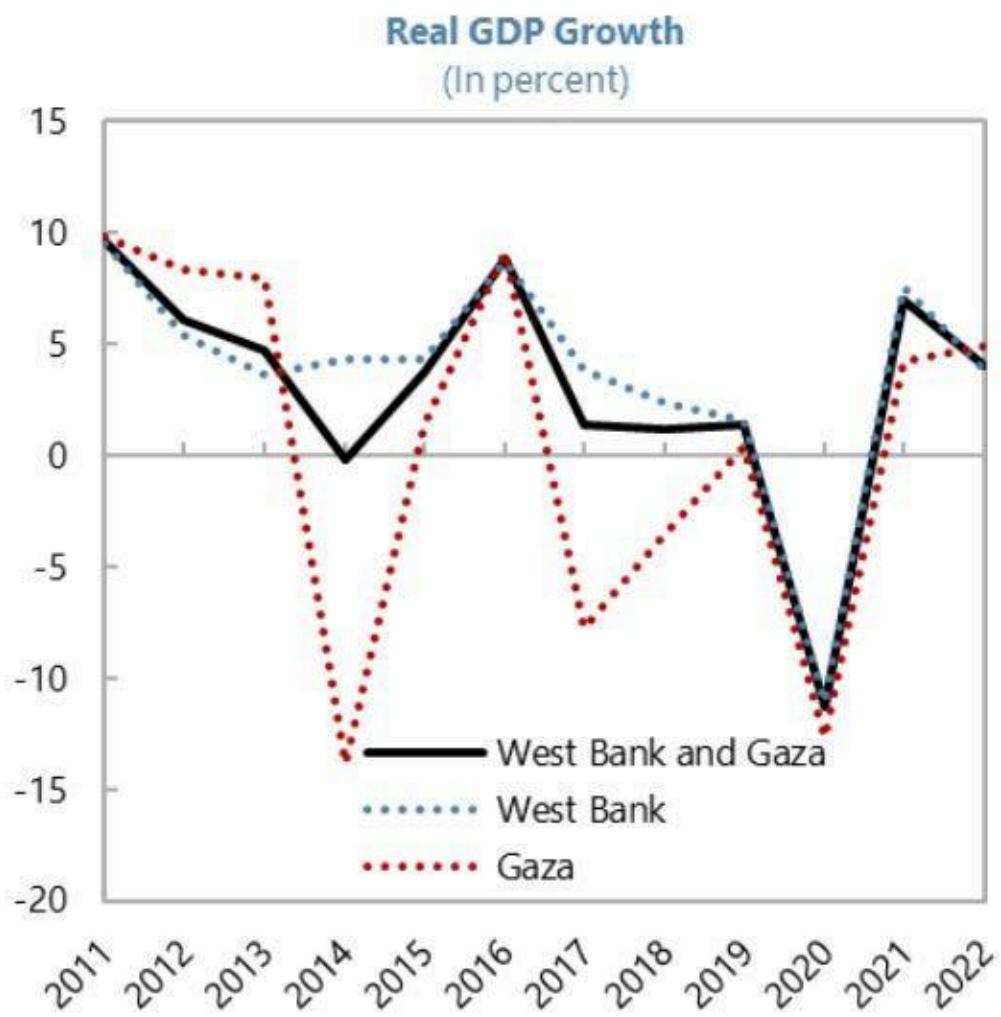
... entre 2007 e 2013, (havia) mais de 1.532 túneis subterrâneos passando sob a fronteira de 12 km entre Gaza e o Egito. O tamanho do comércio de túneis era maior do que o volume de comércio por meio de canais oficiais (Banco Mundial, 2014a). De acordo com o Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, com base nos materiais permitidos por Israel, seriam necessários 80 anos para reconstruir as 6.000 unidades habitacionais destruídas durante a operação militar em dezembro de 2008 e janeiro de 2009. No entanto, as importações pelos

túneis foram tão significativas que reduziram o prazo para cinco anos (Pelham, 2011). Da mesma forma, a usina elétrica de Gaza funcionava com diesel do Egito trazido pelos túneis na faixa de 1 milhão de litros por dia antes de junho de 2013 (OCHA, 2013).

A economia do túnel atingiu seu pico entre 2011 e 2013, depois que o regime repressivo de Mubarek no Egito foi derrubado na Primavera Árabe e a Irmandade Muçulmana governou no Cairo. Com o fluxo de suprimentos e o setor de construção em expansão, o PIB per capita de Gaza se recuperou da baixa de 2008. Mas então ocorreu um duplo desastre.

Em julho de 2013, o exército egípcio tomou o poder, derrubando os aliados do Hamas, e um ano depois, em julho de 2014, Israel lançou sua guerra de 50 dias contra o Hamas. O resultado foi uma devastação total. Além de Gaza ter sido submetida a um bombardeio devastador de dezenas de milhares de projéteis de artilharia e bombas, uma campanha conjunta entre Israel e Egito fechou o sistema de túneis.

Em maio de 2015, o número de refugiados palestinos que dependiam exclusivamente da distribuição de alimentos da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo ([UNRWA](#)) aumentou para 868.000 em maio de 2015, representando metade da população de Gaza e 65% dos refugiados registrados (UNRWA, 2015b).

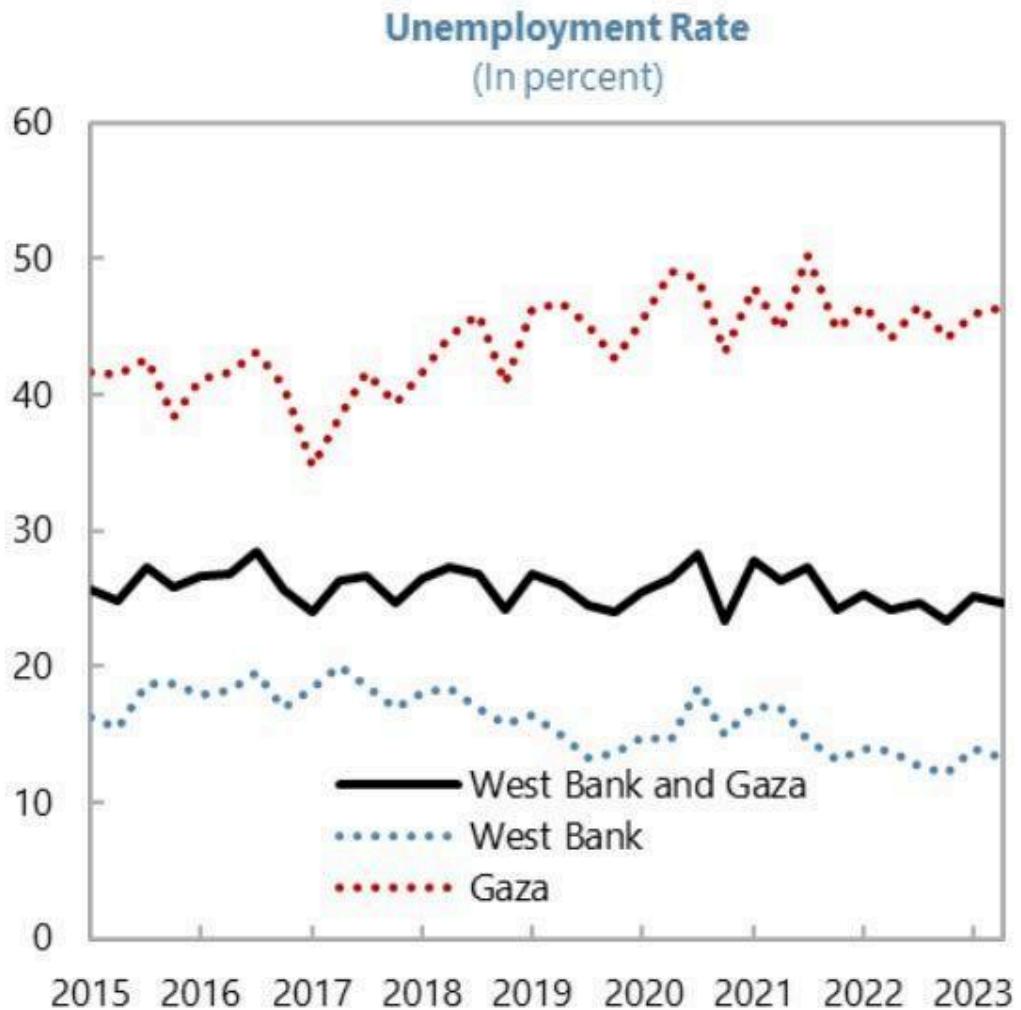


O bombardeio e o isolamento também não foram as únicas ameaças com as quais a economia de Gaza teve de lidar. Como mostram os dados do FMI, a economia de Gaza se recuperou do grande choque de 2014, mas em 2017 sofreu uma crise financeira e uma redução dos gastos do governo. Tannira resume uma escalada desastrosa dessa austeridade.

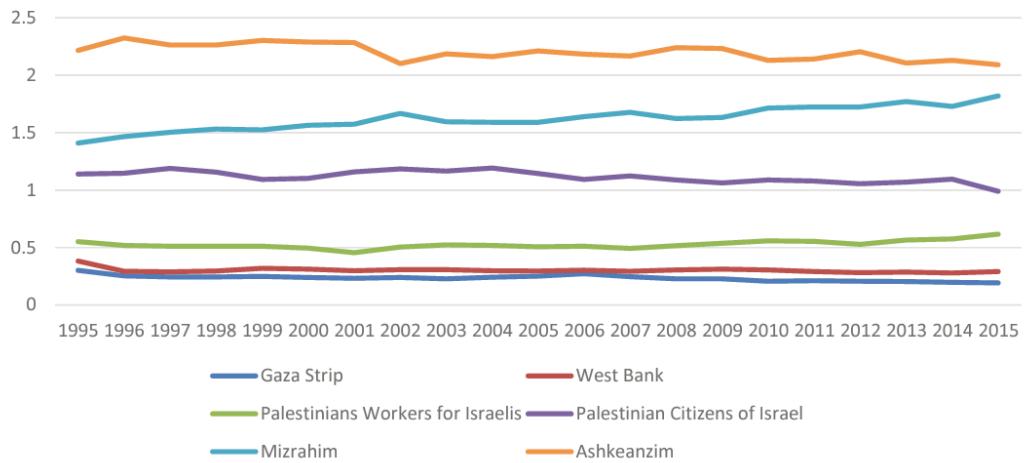
- Government (public) spending in the Gaza Strip declined from US\$985 million in 2016 to US\$860 million in 2017 (12.6%), then to US\$849 million in 2018, and finally to US\$788 million in 2019. That is, the PA government spending in the Gaza Strip declined by 20% since 2017 ([PCBS 2019](#)).
- Per capita GDP declined from US\$1,731 in 2016 to US\$1,557 in 2017, then to US\$1,458 in 2018 and finally to US\$1,417 in 2019, i.e., it decreased by 18% compared to 2016 ([PCBS 2019](#)).
- Total investment declined from US\$623 million in 2016 to US\$440 million in 2019. Local investors had lost the ability to engage in new activities as success was very unlikely ([PCBS 2019](#)).
- The additional increase in levies collection by the Hamas government in Gaza after the failure to implement the Hamas-Fatah reconciliation agreement reached at the end of 2017.^{[19](#)}
- The continuation of the electricity crisis which incurred an additional budget for the private sector that increased the costs of production and operations.
- The suspension of US support for the UNRWA budget beginning in 2018 which impacted over 60% of cash assistance beneficiaries ([UNRWA 2018](#)). Meanwhile, the World Food Programme reduced its support for thousands of poor families in December 2017 ([WFP 2017](#)).

Para agravar as pressões financeiras sobre as autoridades palestinas, Israel retém regularmente a receita tributária devida de acordo com os acordos econômicos de Paris de 1994.

Sob o impacto dessas pressões, mesmo antes da atual explosão de violência, tornou-se cada vez mais difícil falar em desenvolvimento econômico de Gaza. O PIB per capita caiu para apenas US\$ 1.500 per capita. A taxa de desemprego em Gaza oscila entre 40 e 50%, cerca de três vezes maior do que na Cisjordânia.



Como mostram os dados de Shir Hever, os salários em Gaza estão estagnados na base da pirâmide racializada em Israel/Palestina.



Graph 8.4 Wage inequality

Na década de 1980, quando Roy cunhou pela primeira vez a ideia de "desenvolvimento", seu objetivo era insistir que Gaza não estava se desenvolvendo, embora a renda estivesse crescendo. Desde 2014, até isso parece otimista demais. A economia de Gaza como tal foi extinta. Quando as pessoas falam de uma " prisão a céu aberto", elas não exageram.

Na edição final da obra inovadora de Roy, publicada em 2016:

Ela argumenta que a trajetória de Gaza nos últimos 48 anos reconstruiu o território de um território economicamente integrado e profundamente dependente de Israel e fortemente ligado à Cisjordânia, para um enclave isolado e descartável, isolado da Cisjordânia e de Israel e sujeito a ataques militares contínuos.

Portanto, essa é a resposta à nossa pergunta. É assim que se pode simplesmente ordenar que metade da população de Gaza se mude de um lado para o outro do enclave. Os civis não têm nenhuma riqueza para falar e poucas ou nenhuma conexão com o mundo exterior. De qualquer forma, eles dependem de ajuda e do pouco que conseguem contrabandear. Eles se tornaram, como Roy disse de forma tão presciente, "isolados e descartáveis". Neste momento de crise, as IDF prefeririam não tê-los no caminho, quando o que querem é se concentrar em matar os combatentes do Hamas e destruir sua infraestrutura militar. Portanto, é hora de eles se mudarem.